MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PRIMEIRA REUNIÃO DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO, REALIZADA EM VINTE E NOVE DE NOVEMBRO DE 2013. ----------

---------- **ATA NÚMERO TRÊS** ----------

Aos vinte e nove dias de novembro do ano de dois mil e treze, pelas vinte e uma horas e cinco minutos, realizou-se na sua sede, sita Rua Almirante Cândido dos Reis, número 12, na Sala da Assembleia Municipal de Montijo, a Primeira Reunião da Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montijo, sob a presidência da sua presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Amélia Macedo Antunes, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Pedro Rafael Pereira Reis Carromeu e Isabel Maria de Almeida Lourenço Travessa, respetivamente Primeiro e Segundo Secretários. ----------

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, cumprimentou o senhor Presidente da Câmara Municipal, a Vereação, os senhores Deputados Municipais, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e o público presente.

Efetuada a chamada para a verificação das presenças, além dos mencionados, foram registados os seguintes **Deputados Municipais**: **PS** – Maria Fernanda Pereira Fernandes, José António Rocha Caria, Fernando Manuel de carvalho Coelho e Alcídio Ferreira Torres de Carvalho. **CDU** – Francisco José Cunha do Rosário Salpico, Avelino dos Santos Antunes, Sabina Isabel Estêvão Pereira, José Manuel Rosa Ferra, Mário Manuel Rocha Baliza Leonardo e Ana Catarina Jimenez. **PSD** – Luís Manuel Pedroso de Lima Luizi, João Manuel Pereira Afonso,

Ana Filipa Pais de Teixeira Mota, Francisco José Chambel Cordeiro, Alfredo Luís Dias Rodrigues e Cidália Valente. **BE** – Cipriano Pisco e Rui Aleixo. ----------

Foram ainda registados os seguintes **Presidentes de Junta:** ----------
União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro – Fernando José Gouveia Caria (PS); **União das Freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro/Jardia** – Luís Miguel da Silva Morais (PS); **Freguesia de Canha** – Armando José Cardeira Piteira (PSD) **União das Freguesias de Pegões** – António Francisco Ferreira Miguéns (PS) e **Freguesia de Sarilhos Grandes** – Joaquim António Lopes da Silva Batalha (CDU).

Solicitou **substituição do mandato**, que foi apreciado e aceite pela Assembleia Municipal nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro: ----------
Deputados Municipais
Ricardo Caçoila (BE), tendo sido substituído pelo Deputado Municipal, Rui Aleixo. ----------
Sérgio Vasco (PSD), tendo sido substituído pelo Deputado Municipal, Francisco Cordeiro. ----------
Maria do Carmo Guia (PSD), tendo sido substituída pela Deputada Municipal, Cidália Valente. ----------

A **Câmara Municipal** esteve **representada** pelo senhor **Presidente**, Nuno Ribeiro Canta e pelos senhores **Vereadores:** Carlos Jorge Antunes de Almeida (CDU), Maria Mercês Gomes Borges da Silva Soares (PSD), José Francisco dos Santos

(PS), Ana Isabel Leonardo Baliza (CDU), Pedro Nuno da Silva Vieira (PSD) e Maria Clara de Oliveira da Silva (PS). ----------

Constatada a **existência de quórum**, a Senhora Presidente, abriu o período destinado à intervenção do público, de acordo com o artigo 32º do Regimento da Assembleia Municipal de Montijo. ----------

A senhora **munícipe Rita Aleixo**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: ----------

"Tive conhecimento de uma peça de teatro 'A Caminhada dos Elefantes' que iria decorrer no Cinema Teatro Joaquim de Almeida. Telefonei para reservar um bilhete, informada que as reservas tinham que ser levantadas, no dia anterior ao espetáculo. Acontece que no dia anterior ao espetáculo, saía do meu trabalho às 23 horas e o Cinema Teatro Joaquim de Almeida encerra a bilheteira à mesma hora, tornando-se assim impossível levantar o bilhete. ----------

Informou-me então a funcionária, que, por exceção, a bilheteira abriria às 16 horas no dia do espetáculo, para a venda de bilhetes, começando o espetáculo às 16 horas e 30 minutos. No site da Câmara Municipal do Montijo é indicado que, para sessões de matinés, a bilheteira abre às 16 horas, não sendo portanto exceção nenhuma. Mas a, funcionária ainda informou-me que o horário mencionado no site não está correto. Se não está correto, deve a Câmara Municipal corrigi-lo. No dia do espetáculo, pelas 16 horas, estava no Cinema Teatro Joaquim de Almeida, comprei o bilhete e qual não foi o meu espanto ao ver uma fila de pessoas a levantar bilhetes que estavam reservados. Isto é uma contradição, porque me informaram que as reservas tinham que ser levantadas

no dia anterior ao espetáculo. Devido à fila das reservas o espetáculo começou às 16 horas e 50 minutos, quando o seu início deveria ter sido às 16 horas e 30 minutos, conforme publicidade. ----------
Outra questão que coloco, é a de saber porque é que o Cinema Teatro Joaquim de Almeida só colabora com a escola Jorge Peixinho e não colabora com as restantes escolas do concelho. Não devia estar afixado nos placards informativos das escolas a realização de uma peça de teatro para crianças? ------
Por último, referir que na Zona Ribeirinha do Montijo se encontram duas viaturas estacionadas há vários meses, uma delas identificada como sendo da "Primoflor". A Zona Ribeirinha agora serve de estacionamento a viaturas abandonadas?" ----------

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra e em resposta à senhora munícipe, cumprimentou todos os presentes e disse: "Agradecemos o relato que fez ao denunciar aqui algumas falhas de funcionamento no Cinema Teatro Joaquim de Almeida. Evidentemente que vamos averiguar junto de quem faz a gestão o que se passou nesse dia. De referir que estamos atentos a estas questões e à necessidade de reconfigurar algumas situações. ----------
Quanto ao estacionamento abusivo na Zona Ribeirinha, os serviços de fiscalização irão ao local e tomar as devidas providências, de acordo com o Regulamento de Remoção de Viaturas na Via Pública." ----------

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou em **apreciação as atas** abaixo mencionadas, e esclareceu o seguinte: ----------
"Estão aqui presentes Deputados Municipais que foram eleitos pela primeira

vez e Deputados Municipais que são reincidentes. Estas atas são do mandato anterior e, no quadro daquilo que é o órgão Assembleia Municipal, não existe aqui um corte do funcionamento da instituição Assembleia Municipal. ----------
O Município tem dois órgãos, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal e estes órgãos têm os seus titulares, titulares que são renovados, após cada ato eleitoral. Essa renovação, resultante do ato eleitoral, traz novos titulares e titulares que já faziam parte do anterior mandato. ----------
Existe aqui um facto, que é o princípio da continuidade dos órgãos, e é nesse quadro que estas atas vão ser submetidas a discussão e aprovação. Mas isso não significa que os senhores Deputados Municipais, que estão pela primeira vez, tenham obrigatoriamente que votar contra, a favor ou se abster." ----------

Seguidamente, submeteu-se à aprovação as referidas atas, tendo as mesmas obtido as seguintes deliberações: ----------

Ata n.º 4 de 24 de junho de 2013

Aprovada, com 12 votos a favor e 13 abstenções, com a seguinte retificação: na intervenção do senhor Deputado Municipal – Avelino Antunes, na **página 7, onde se lê**: "Foram dirigidas questões à Assembleia Municipal e que por interpretação abusiva do regimento, não podemos responder, foram feitos um conjunto de considerações e agora vamos aprovar as atas e só depois a assembleia pode dar a sua opinião e entretanto alguns munícipes podem ir-se embora. Isto não é funcionamento de uma Assembleia Municipal." **Deverá ler-se**: "Foram dirigidas questões à Assembleia Municipal que, por interpretação abusiva do regimento, não pudemos responder no momento devido, que é no

período destinado às questões colocadas pelos munícipes, onde foram feitos um conjunto de considerações. Agora vamos aprovar as atas e só depois a assembleia poderá dar a sua opinião e entretanto alguns munícipes podem ir-se embora. Isto não é funcionamento de uma Assembleia Municipal." ----------

Na **página 9, onde se lê**: "A nossa opinião é que se deve colocar o nome de quem tem direito a esses apoios de habitação, porque ao mesmo tempo as mesmas pessoas fazem os offshores e outras coisas mais, para que se passe milhões ao lado, sem que sejam taxados. Muitas vezes os grandes apoios, são dados às grandes empresas nunca são mencionadas." **Deverá ler-se**: "A nossa opinião é que não se deve colocar o nome de quem tem direito a esses apoios de habitação, porque ao mesmo tempo as mesmas pessoas, os governantes, fazem os offshores e outras coisas mais, para que se passem milhões ao lado, sem que sejam taxados e sem conhecimento dos beneficiários. Muitas vezes os grandes apoios que são dados às grandes empresas nunca são mencionados." --

Ata n.º 5 de 13 de setembro de 2013

Retirada. ----------

Ata n.º 1 de 18 de outubro de 2013

Aprovada, com 22 votos a favor e 3 abstenções. ----------

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberto o período

ANTES DA ORDEM DO DIA

O senhor **Deputado Municipal – Alcídio Torres** (PS) no uso da palavra, leu uma **Recomendação**, cujo teor abaixo se transcreve, intitulada **Transparência Municipal**: ----------

"As preocupações com a transparência na gestão pública remonta há meio século, com a implementação em Inglaterra da administração pública gerencial. Todavia, só na última década do século XX é que este conceito ganhou expressão social, passando a integrar a agenda pública de muitos países e instituições. ----------

Disponibilizar informação transparente, tempestiva e relevante acerca da gestão e da alocação dos recursos públicos por parte dos governantes constitui um ato de responsabilidade na prestação de contas e um gesto de prevenção contra as investidas da corrupção e dos comportamentos anti-éticos. ----------

Em linhas gerais, uma gestão transparente tem como marca distintiva o acesso claro, rápido e compreensível da informação essencial a todos os cidadãos, de forma a que estes possam participar de forma responsável e consciente no processo de elaboração, execução e avaliação das políticas públicas. ----------

No atual contexto de crise financeira e económica, particularmente propiciadora da perversão dos valores éticos, cabe aos Estados e às Administrações Públicas assumirem-se como fieis depositários destes valores, procurando envolver as sociedades civis no combate civilizacional pela honestidade, pela responsabilidade, pela transparência. ----------

A confiança nas instituições democráticas passa, pois, muito pela transparência dos atos e dos procedimentos administrativos. ----------

Por assim ser, recomendo à Câmara Municipal do Montijo que providencie no sentido de todos os cidadãos terem acesso no site da autarquia a informação célere e facilmente compreensível sobre as seguintes matérias: ----------

- O registo de interesses dos membros do executivo; ----------
- O Registo do abono de despesas de representação dos membros do executivo; ----------
- O relatório do Balanço Social anual do município; ----------
- A Agenda Local 21; ----------
- Lista com as deliberações da Assembleia Municipal; ----------
- Relatório de Observância do Direito de Oposição; ----------
- O Plano Municipal de Obras Públicas; ----------
- O Plano Municipal de Cultura; Plano Municipal de Educação e Plano Municipal de Ambiente; ----------
- O Relatório de Atividades do Município; ----------
- O Relatório de Sustentabilidade do município; ----------
- O número de contratos adjudicados por cada fornecedor; ----------
- O valor dos trabalhos a mais por cada contrato, devidamente justificados;
- A lista de permutas de terrenos com o município e de venda de terrenos municipais, respetivas localizações e valor da permuta ou venda; ----------
- A lista de desafetações do domínio público municipal, valor patrimonial e proprietário adquirente; ----------
- Os Mapas de Execução Orçamental (Despesas e Receitas); ----------
- Os relatórios de acompanhamento e/ou de avaliação do desempenho do fornecedor/prestador de serviços/empreiteiro; ----------

- Informação sobre património do município; lista de bens próprios, móveis ou imóveis, administrados pela autarquia, dados em concessão ou cedidos para exploração; ----------
- O Plano de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas, incluindo riscos de gestão; ----------
- A lista de trabalhadores autorizados a acumular funções públicas e privadas (incluindo o prazo e entidades); ----------
- Uma nota biográfica dos membros do executivo. ----------

Em conformidade com o que foi anteriormente referido propõe-se que a Assembleia Municipal, reunida no dia 29 de Novembro de 2013 em sessão ordinária, delibere aprovar a presente recomendação." ----------

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes** (CDU), leu um **Voto de Protesto**, cujo teor abaixo se transcreve: ----------

"Considerando a luta dos trabalhadores dos C.T.T. contra a sua privatização e em defesa do serviço público e das populações. ----------

Considerando as imagens televisivas vindas a publico sobre o excesso de zelo do corpo de Intervenção Policial deslocado a Cabo Ruivo para intervir junto do piquete de greve, Sindicalistas e Deputados de Assembleia da Republica que ali se encontravam no pleno direito do seu exercício em apoio e solidariedade com a justa luta dos trabalhadores dos C.T.T. ----------

Considerando que a atitude do Corpo de Intervenção Policial a mando do Governo pôs em causa princípios do exercício do direito democrático consagrado na Constituição da Republica Portuguesa emanada do 25 de Abril. --

A Assembleia Municipal de Montijo reunida a 29 de Novembro de 2013 delibera: ----------

Manifestação todo o apoio e solidariedade à justa luta dos trabalhadores dos C.T.T. ----------

Repudiar o excesso de Zelo da Policia de Intervenção e apelar para que a Assembleia de Republica desencadeie todos os meios ao seu alcance um inquérito rigoroso sobre a situação decorrida." ----------

O senhor **Deputado Municipal – João Afonso** (PSD), no uso da palavra, leu uma **Declaração Política**, que a seguir se transcreve: ----------

"Exma. Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal; ----------

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal; ----------

Exmos. Senhores Vereadores; ----------

Exmos. Senhores Deputados; ----------

Exmo. Público; ----------

Volvidos sessenta dias sobre o ato eleitoral é tempo de analisarmos criticamente o presente e o futuro politico espectável partindo dos atos e comportamentos dos vários agentes políticos e da realidade económico-financeira. ----------

Relação com a oposição: ----------

O partido socialista, através do seu presidente, na primeira sessão de 23/10 proclamou bondosas intenções democráticas, cito"... *Sempre afirmei, e ás vezes fui uma vez isolado, que os tempos que temos pela frente exigindo sentido de responsabilidade e espirito de compromisso. Nunca o Montijo precisou tanto de diálogo, de entendimento e de concertação como agora. E isto não muda com o*

resultado eleitoral. Reafirmo portanto, perante vós, a disponibilidade de Partido Socialista pra o diálogo e para o entendimento que, em coerência com o seu projeto sejam necessários continuar a desenvolver e a modernizar o Montijo..." fim de citação. ----------

Belas e doutas palavras!!! ----------

Vamos então analisar, realmente, os conceitos de diálogo e entendimento do Partido Socialista e seu ilustre presidente de câmara! ----------

1º Exemplo: ----------

- Na reunião de CMM de 30/10 Vereador do PSD Pedro Vieira apresentou declaração politica onde solicita a implementação de medidas conducentes à resolução do acesso à documentação deste município. ----------

Resposta do Sr. Presidente de Câmara, cito "*... acerca do livre acesso aos processos administrativos do município, desconheço em absoluto casos onde os cidadãos, desde que devidamente identificados e documentados, lhes tenha sido recusado o acesso à documentação não sujeita a restrições legais.* ---------

Segundo sabe, os serviços municipais cumprem cabalmente a lei que regula o acesso aos documentos administrativos. Mas, como referiu o Senhor Vereador existem casos do seu conhecimento em que isso ocorreu, pois bem, solicito que identifique, que casos concretos ocorrem e em que circunstancias ocorreram? –

Caso contrário estamos a prestar um mau serviço, à ética, à liberdade e à transparência e, assim, não esclarecemos os nossos concidadãos" fim de citação. ----------

Esmagador! ----------

2.º Exemplo: ----------

Ao longo das várias reuniões da CMM, o Sr. Presidente repetidas vezes tem

presenteado os vereadores do PSD com os seguintes mimos: ----------

"O senhor só fala quando eu lhe der a palavra e retiro-a quando eu quiser! Quem manda na reunião sou eu!" ----------

Uma verdadeira preciosidade! ----------

3.º Exemplo: ----------

O PSD e os seus vereadores, a fim de melhor aquilatarem o orçamento e plano, solicitaram ao Sr. Presidente, e ao abrigo do estatuto da oposição, várias informações detalhadas, designadamente balancetes analíticos. ----------

O Partido Socialista não só não forneceu a referida documentação como o Sr. Presidente na Sessão de CMM de aprovação do orçamento entendeu, mui doutamente, que os vereadores do PSD não necessitavam dessa informação. ----

Eis pois alguns simples exemplos do espirito de diálogo, de transparência e de concertação do Partido Socialista e de seu Presidente. ----------

Para o Partido Socialista, aqueles que colocam questões difíceis, que trabalham que estudam os assuntos e temas, são vistos com desdém, como se o sucesso do município não dependesse do trabalho sério e abnegado mas sim e as proclamações estéreis são o seu modus faciendi. ----------

É tamanha a impreparação democrática, politica e executiva do Partido Socialista que corremos o risco de nos próximos anos ninguém discutir mais nada a não ser os erros, gafes e incongruências dos seus protagonistas. ----------

Analisando objetivamente o comportamento e intenções do executivo socialista verificamos que os mesmos corporizam uma solução estafada mas para defesa do seu feudo é preciso fingir que se muda tudo para que tudo fique na mesma. -

O Partido Socialista, a manter esta trajetória, está a transformar-se num verdadeiro obstáculo ao desenvolvimento,...um elefante parqueado no meio da

sala... ----------

Perante tudo isto a CDU definiu o seu papel. Alimentando-se do desespero e da desesperança da população transformou-se no andarilho político do cambaleante executivo socialista. ----------

Para o bem e para o mal, a responsabilidade da CDU é similar à do Partido Socialista e seu esforçado Presidente. Bem pode pregar a verdade é bem outra! Há momentos que definem a situação de um país, de uma cidade. A CDU viabilizou acriticamente o orçamento e plano plurianual do Partido Socialista. Esta é a verdade e não outra! ----------

A CDU sem estratégia tem como único objetivo alcançar o poder ainda que para isso tenha que se demitir de exercer um mandato responsável e consistente. ----

Neste canário impõe-se aos autarcas do PSD que trabalhem, apresentem propostas consistentes, sugestões e ideias, para isso basta que continuem como até aqui. ----------

É pois este o nosso presente mas não queremos que seja este o nosso futuro." –

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal** informou que tinha para **admitir e votar**, uma **Recomendação** do PS e um **Voto de Protesto** da CDU, documentos já distribuídos. ----------

Assim, procedeu-se à votação para **admissão** dos supracitados documentos, tendo os mesmos sido admitidos por unanimidade. ----------

Seguidamente, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à **discussão** a Recomendação. ----------

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes** (CDU), no uso da palavra, solicitou que fosse incluída na Recomendação o Plano Estratégico da Cidade do Montijo. ----------

Assim, procedeu-se à **votação da Recomendação**, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, com a inclusão do Plano Estratégico da Cidade do Montijo. ----------

Seguidamente, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à **discussão** o Voto de Protesto. ----------

Não tendo o referido documento suscitado dúvidas, procedeu-se à **votação do Voto de Protesto**, tendo o mesmo sido aprovado com 8 votos a favor (6 da CDU e 2 do BE), 6 votos contra do PSD e 11 abstenções (10 do PS e 1 do PSD – Deputado Luís Luizi). ----------

O senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco** (BE), no uso da palavra, colocou as seguintes questões: ----------

"Numa visita que uma Deputada do Bloco de Esquerda fez à Escola D. Pedro Varela, entre muitos assuntos debatidos, existe um em particular que nos preocupa e requer atenção. Trata-se de uma verba do Governo para retirar as telhas de Lusalite, que contêm amianto. Mas a referida verba destina-se à remoção das telhas só nos corredores que dão acesso às salas de aulas. Das salas de aulas, onde as crianças permanecem mais horas, não vão ser retiradas as telhas que contêm amianto. ----------

Os órgãos autárquicos deviam ter uma atitude de força, para que a telha não

seja retirada só nos corredores, mas sim em todas as salas de aulas. ----------
A Autarquia não é responsável, mas esta questão é colocada, no sentido de se fazerem esforços para se resolver a situação. ----------
Outra questão, prende-se com a atitude prepotente da Transtejo, que efetuou uma reparação no seu batelão, ou seja no seu pontão no Cais do Montijo e decidiu colocar autocarros do Cais do Seixalinho, para o Barreiro. Os passageiros chegam ao Barreiro e apanham o barco para Lisboa e fazem o regresso de igual forma. Caso esta situação ocorra novamente, deve ser assegurado o transporte direto para Lisboa, em vez dos passageiros irem para o Barreiro. ----------
Por último, saber o ponto de situação sobre a Unidade de Tratamento de Ar das Piscinas Municipais. Existe uma verba disponibilizada para este equipamento, mas tivemos conhecimento que a empresa adjudicatária comunicou à Câmara Municipal que não tem capacidades financeiras para fornecer o equipamento em questão. A Câmara Municipal tem um protocolo com uma associação que dirige as Piscinas Municipais, tem trabalhadores, existe já um grande protesto dos encarregados de educação e envolve 700 alunos. Como é que a Câmara vai resolver este assunto?" ----------

A senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes** (PS), no uso da palavra, leu uma **Declaração Política**, intitulada **«Episódios do ataque à escola pública – I: Financiamento do ensino privado e livre escola da escola»** que a seguir se transcreve: ----------
"Exma Senhora Presidente da Mesa, ----------
Senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores, ----------
Senhores Deputados Municipais, ----------

Todos os presentes, ----------

Tomarei como epígrafe, desta reflexão, uma citação do professor Santana Castilho, personagem insuspeita de arroubos 'esquerdistas', que, como sabeis, começou por apoiar o atual Ministro da Educação e Ciência. ----------

Diz: ----------

A ascensão de Nuno Crato ao poder foi promovida por duas vias: (1) o seu populismo discursivo, de que a desejada implosão do ministério foi paradigma, e (2) a influência poderosa de grupos para quem a Educação é negócio. ----------

---------- Santana Castilho em 20/11/2013, BLOG

Pois bem: ----------

Nuno Crato tem, para a educação, um programa libertário. O que significa que a quer transformar radicalmente, de direito fundamental e serviço público, em «mercado de ensino» dominado pelo padrão competitivo. A mercantilização do ensino é o conteúdo ideológico e político que confere unidade às prolixas e aparentemente avulsas medidas de Crato. ----------

Sabemos que as escolas públicas – seguindo as passadas do país – estão a empobrecer. Refiro-me às condições materiais e pedagógicas que são oferecidas aos alunos. São disso exemplo uma revisão curricular que não decorre de uma abordagem minimamente científica (ou, pelo menos, séria) do modelo e finalidades da educação, mas meramente ideológico-financeira, e o aumento do número de alunos por docente. ----------

Entretanto, tudo vai bem no ensino privado. Não me refiro ao ensino **mesmo** privado – contra o qual nada tenho e que, como sabemos, sempre manteve a sua presença nas redes escolares. ----------

Estou a falar dos «contratos de associação» com escolas privadas, frequentemente referenciado como «ensino público contextualizado», fenómeno que teve a sua justificação pedagógica e social, numa determinada fase da nossa história recente. Permitiu que a educação chegasse às crianças e jovens que habitavam zonas sem escolas, esquecido o seu direito à mera alfabetização, pelo Estado Novo. ----------

Porém, quase 40 anos depois do 25 de abril, se ainda existir um contrato de associação que se justifique, estou em crer que será único... ----------

E não será, sobretudo, no centro litoral do país, entre Coimbra e Leiria onde o negócio da empresa GPS é mais fluorescente, construindo escolas a escassos metros de escolas públicas e criando turmas financiadas pelo Estado, com o dinheiro dos nossos impostos, enquanto ao lado, as escolas públicas se vão esvaziando, com o conluio do Ministério, através da distribuição anual da rede de cursos e turmas. Falo da empresa GPS, não por ser caso único, mas por ter sido o mais mediatizado dos últimos tempos. ----------

Entre 2009 e 2011, nos ministérios de Mª de Lurdes Rodrigues e Isabel Alçada, foi concluído um estudo que fundamentou a retirada da maioria destes financiamentos. Todos se lembrarão das avionetas alugadas que sobrevoavam o território nacional com enormes parangonas dizendo «estão a tirar a escola aos nossos filhos». Não estavam. Estavam a 'cortar' as pernas ao negócio selvagem da educação, protagonizado por autoproclamados liberais, adoradores do mercado e da livre concorrência, na teoria, mas que, na prática apenas sabem viver à conta do Estado. ----------

Assim que o atual governo tomou posse, o Movimento de Escolas Privadas com Ensino Público Contextualizado (MEPEC) foi, de imediato, **satisfeito**, sendo-lhe

garantido um financiamento até 85 mil euros por turma, pago pelo Estado. Uns meses depois – meses do nosso empobrecimento! - esses colégios privados foram alegremente surpreendidos com um financiamento de mais de 12 milhões de euros, a juntar às verbas previstas no OE2012, que nem os próprios sabiam, com exatidão, a que se destinavam. O Orçamento de Estado para 2014 volta a refinanciar este sistema. ----------

Mas não ficamos por aqui. A política de exterminação da escola pública vai mais longe. ----------

O negócio da educação é apetecível e gordo. Na camuflagem simpática de uma ideia simples, agradável a gente simples, eis que se realiza o sonho de vidas (a do Ministro Crato, com certeza, mas também, honra lhe seja feita, a de José Manuel Fernandes que empenhou 10 anos de jornalismo dito 'livre e responsável' para apelar, semanalmente, nos Editoriais do Público, ao cheque ensino). ----------

A ideia da bondade do cheque ensino como medida popular e de justiça social (talvez o mais grave sofisma do ideário educativo da direita), assenta num conjunto de idiossincrasias que se foram apossando da mentalidade portuguesa, em grande medida, por via desse mesmo jornalismo que de livre tem pouco e de arauto de interesses, muito. ----------

Vejamos, apenas 3 aspetos: ----------

1º - Esta ideia, alimenta-se desde logo de uma convicção que se foi instalando gradualmente na sociedade portuguesa, segundo a qual o ensino privado tem uma qualidade manifestamente superior à do ensino público. Sendo certo que há razões que tornam compreensíveis as diferenças observadas, nomeadamente ligadas aos níveis económicos e sociais dos seus 'clientes', a

realidade está longe de sustentar o modo categórico e abissal com que esta diferença é recorrentemente apresentada. Aliás, um estudo recente da Universidade do Porto, realizado nos últimos anos, tem demonstrado que os alunos oriundos do sistema público são, em média, mais bem-sucedidos na adaptação e desempenho ao nível do E. Superior. ----------

2º Para que a introdução do cheque-ensino não comporte um reforço do orçamento do MEC, como pretende o Ministro, o financiamento da medida terá de «sair» de uma nova e mais significativa redução dos atuais encargos com a rede pública do ensino básico e secundário: ----------

ainda mais alunos por turma e menos professores? ... ----------

Enfim, esta medida baixará, inevitavelmente, o nível da oferta e da qualidade da escola pública, constituindo um decisivo e derradeiro golpe mortal. ----------

3º Atualmente os alunos frequentam a escola pública da área da sua residência, de acordo com áreas geográficas de influência. Estes critérios, determinados pela Lei, porém, não têm tradução exaustiva na realidade (dado serem bem conhecidos os expedientes a que recorrem as famílias para contornar estas regras). O cheque-ensino funcionaria, face ao senso comum, como o fim deste paradigma e o garante da liberdade de escolha das famílias. Simpática ideia. -----

Será isto verdade, esta ideia épica e triunfante, inexplicavelmente esquecida durante tantas décadas? Talvez em alguns, poucos, muito poucos, casos. ---------

Ou seja, o cheque-ensino pode, em teoria, ampliar as possibilidades de escolha de um estabelecimento de ensino pelos alunos e suas famílias, mas tal não significa, na prática, uma mudança tão substancial como se pretende fazer crer.

Porquê? ----------

- Primeiro, porque a vida concreta das pessoas é, de facto, geograficamente territorializada. É pouco provável que o cheque-ensino viabilize a vinda de um aluno de Vila Boa de Ousilhão (Concelho de Vinhais, Distrito de Bragança) para o melhor colégio de Lisboa (mesmo que o «cheque» pagasse integralmente a sua propina), se a sua família não tiver condições económicas, laborais, sociais, etc. de mudar de residência, no todo ou em parte, e ainda mesmo que o estudante já tenha idade (12 anos, 15, 17?) para emigrar sozinho para Lisboa. --- Mas, sejamos otimistas e suponhamos que sim, que o nosso jovem de Vila Boa de Ousilhão e sua família, conseguem resolver a transferência de residência permanente para Lisboa. ----------

Consideraremos, então, um segundo aspeto, com o qual se confrontaria, ao chegar a Lisboa e ao procurar inscrever-se no «seu» colégio. ----------

E eis-nos chegados ao aspeto mais perturbador, aquele que transporta consigo a face **perversa** desta medida: ----------

Vejamos: ----------

Por via do aumento de clientela que, naturalmente, o cheque-ensino proporcionará, os colégios terão de, necessariamente, proceder a processos de seleção dos candidatos. ----------

Ora, não é difícil imaginar que os critérios a que presidirá a seleção dos alunos serão os critérios capazes de assegurar o objetivo de manutenção dessa mesma escola na posição favorável que detém nos rankings de resultados – uma espécie de «agência de notação para as escolas. ----------

Aos colégios interessa, naturalmente, manter e melhorar o seu potencial de atração, junto das famílias/clientes, garantindo a prosperidade do negócio. ------

Ou seja, **as escolas passarão a escolher os alunos** que melhores condições oferecem de manter a sua reputação num nível elevado, de excelência, o que significa que serão prioritariamente cooptados os estudantes mais promissores, isto é, aqueles que exibem melhores resultados escolares em anos precedentes (o que, como exaustivamente nos mostram os estudos, se encontra umbilicalmente associado ao status socioeconómico, na esmagadora maioria dos casos). ----------

Este darwinismo educativo na forma de uma «seleção natural», **feita pelas escolas e não pelos alunos nem pelas famílias** (grande falácia!), virá, inevitavelmente, a abranger o conjunto do mercado de educação (o conjunto do público e do privado): ----------

De forma mais expressiva nos estabelecimentos de ensino privado, designadamente nos mais conceituados, dada a óbvia probabilidade de os pais dos estudantes, que hoje os frequentam, não pretenderem assistir à sua invasão por alunos provenientes de «outros» níveis sociais, digamos assim. ------

Mas também as escolas públicas, que, uma vez inseridas no mercado competitivo, terão de se classificar bem nos rankings, sob pena de nem serem escolhidas, sequer, pela classe média-baixa. Foi o que aconteceu nos anos 90, no Reino Unido, onde acabaram por ser encerradas quase 50% de escolas públicas – eram as 'failling schools' (escolas falhadas). ----------

Mas, que ouço?... Que ruído é este, de passos pesados, apressados...? **Ah, é o jovem de Vila Boa de Ousilhão, que corre para apanhar o comboio para a terra. Não teve vaga nos colégios de Lisboa."** ----------

A senhora **Deputada Municipal – Sabina Pereira** (CDU), no uso da palavra, leu uma **Intervenção Política**, cujo teor se reproduz: ----------

"Saque fiscal, exploração e empobrecimento, são as verdadeiras marcas de terror, do Orçamento de Estado de 2014 que o PSD e o CDS-PP aprovaram na Assembleia da República, no passado dia 26 de Novembro corrente. ----------

Nunca é Agressão / Troika que o PS + PSD + CDS-PP, com cumplicidade do Senhor Presidente da República, negociaram e subscreveram. ----------

Temos vindo a assistir à tentativa de ilusionismo por parte dos partidos que suportam o Governo e do próprio Governo, com o discurso recorrente de que o «País está agora na fase final do Programa de Resgate» e que, nesta altura a melhor opção é acabar o Programa, cumprindo as metas definidas pelos credores, e isso significa o agravar do empobrecimento e miséria que alastra no nosso País. ----------

Ao mesmo tempo é a tentativa de fazer crer que as coisas estão a mudar. Várias alusões a um «novo ciclo» de uma alegada redução do desemprego, aos «sinais» de que a Economia está a dar a volta, de que estamos a equilibrar as contas públicas, que Portugal está a reganhar credibilidade internacional e até, calcula-se, que os sacrifícios dos portugueses valeram a pena porque está a renascer a esperança, pasme-se. ----------

A vida concreta e o dia-a-dia dos Portugueses é a prova provada da farsa ilusionista deste Governo e deste Orçamento de Estado, senão vejamos: ----------

Este Orçamento significa o agravamento do saque fiscal às micro, pequenas e médias empresas, é a acentuação do trabalho; é a desumanidade dos cortes nos salários e pensões; é a venda ao desbarato do mais valioso património empresarial do Estado; é a redução e eliminação das prestações sociais; é a

degradação insuportável das condições de prestação do Estado das suas funções fundamentais, na Saúde, na Educação, na Justiça, na Segurança Pública. Não há neste Orçamento nenhuma repartição. Há sacrifícios para os que sempre foram sacrificados e benefícios para os que sempre foram beneficiados, não podemos deixar de relembrar que 82% da consolidação orçamental é obtida à custa dos trabalhadores, reformados e pensionistas, enquanto que à Banca e ao Sector Energético o esforço adicional que lhe é exigido não ultrapassa o irrisório valor de 4%. É esta a chamada repartição dos sacrifícios para o Governo! ----------

Por outro lado, cifra-se 1008 milhões de euros a quantia entregue em 2013 pelo Governo a 9 Bancos estrangeiros pela resolução de contractos SWAP especulativos e altamente ruinosos para o Estado, ao mesmo tempo que alegam a falta de dinheiro, para dizerem que têm que cortar nos salários e pensões e reduzir ou eliminar prestações sociais, etc. ----------

Para que este filme não se repita com cerca de 25 contractos SWAP celebrados entre empresas públicas e o Santander, com perdas potenciais de mais de 1200 milhões de euros, o PCP propôs a sua anulação, para que esta vergonha não se repita em 2014. ----------

É o agravamento do saque de milhões e milhões às autarquias locais, com prejuízo para a qualidade de vida para as populações. ----------

Com este Governo, com este Orçamento, as grandes fortunas aumentaram ao mesmo tempo que aumenta o flagelo do empobrecimento. ----------

Está cada vez mais na ordem do dia a necessidade de continuar e reforçar a luta pela demissão do Governo, pelo fim das politicas da Troika e pela renegociação do famigerado Pacto de Agressão, nos juros, montantes e prazos." ----------

O senhor **Deputado Municipal – Luís Luizi** (PSD), no uso da palavra, leu uma **Declaração Política**, que a seguir se transcreve: ----------

"Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal; Exmo. Senhor Presidente da Câmara; Exmos. Senhores Vereadores; Exmos. Colegas Membros da Assembleia Municipal; Exmos. Senhores Munícipes. ----------

Todos sabemos que o nosso País se encontra numa situação aflitiva, no que é acompanhado por vários países da Europa e não só. A situação económica global evoluiu de modo aparentemente caótico e não se divisa no horizonte temporal próximo uma aproximação à estabilidade. Uma coisa parece certa: a Europa não encontrou uma via que lhe permita em paz e com alguma prosperidade ocupar a sua situação de subalternidade no Mundo. ----------

Portugal, privado que está (em boa hora) do seu império colonial, esbraceja e navega aos tropeções, empurrado pelos outros países, sem conseguir firmar-se e encontrar o seu rumo como Nação, rumo esse que deveria ser definido democraticamente pelos Portugueses. ----------

No meio de tudo isto, de todo este sofrimento, é mais do que nunca necessário que as pessoas tentem estreitar os seus laços, os seus relacionamentos, a sua convivência. Seja qual for a situação do Pais, seja qual for a política definida pelas instâncias a quem essa definição compete, nunca se pode desvalorizar as relações humanas de proximidade, tantas vezes capazes de aliviar as provações e tantas vezes geradas no seio das discussões e lutas verificadas na vida política democrática local. ----------

Como ouvi a Lopes Cardoso, durante a minha militância na UEDS, "a guerra

divide e provoca sofrimento, mas a política, nomeadamente a política local, em democracia, une as pessoas e evita o sofrimento". ----------

Vem isto a propósito de uma força política de Montijo ter considerado impossível o trabalho conjunto de eleitos do PSD e dessa força partidária no executivo de uma Junta de Freguesia. O PSD de Montijo propusera a constituição de um executivo em que entrassem eleitos de todas as forças presentes na Assembleia de Freguesia. ----------

O que ganhou a população com a posição discriminatória que foi adotada? O que ganharia se tivesse sido seguida a proposta do PSD? E, usando o critério Kantiano para apreciar o bem e o mal, que sucederia se todas as forças tivessem a postura de se excluírem umas às outras? ----------

Na base destas atitudes está, penso eu, o pouco ou nenhum valor que certas forças atribuem a cada pessoa e às relações de proximidade que se estabelecem entre seres humanos concretos. Essas forças valorizam o POVO, a PESSOA HUMANA, como uma entidade abstrata, mas desprezam a individualidade e logo a liberdade de cada um. ----------

Por isso, por causa do endeusamento do coletivo em detrimento do respeito pela individualidade de cada ser, é que as diretivas imanadas de cima são prontamente adotadas, seja onde for, fazendo tábua rasa do que se passou em cada local, ou da qualidade dos intervenientes locais, e dos eventuais prejuízos que a adoção dessas diretivas passa trazer. ----------

Muitas vezes, essa obediência tem de se afirmar como "coerência ideológica", atitude que é sempre muito apreciada e geradora de louvor interno no seio das organizações centristas. ----------

Maria de Lurdes Pintassilgo, que acompanhei durante algum tempo, também

admirava a coerência ideológica, desde que, acentuava ela, se baseasse no respeito pela pessoa humana, isto é no respeito pelas pessoas concretas, em cada situação concreta. Dizia ela que, em democracia, a política só podia unir as pessoas e nunca dividi-las. A potencialidade do confronto democrático de ideias e de processos, na perspetiva da melhoria do relacionamento humano, é, penso eu, infinita. ----------

Claro que para muitos nada disto é grave; nada disto mereceria até ser refeito nesta Assembleia... Devo dizer que, tendo vivido o que vivi, antes e depois do 25 de Abril, estando atento ao que se passou no Mundo e ao que se está a passar hoje, discordo totalmente dessa posição. Para mim, as prepotências, as discriminações, os aviltamentos, devem ser denunciados desde o primeiro afloramento, assim como os tumores malignos devem ser identificados desde o mais pequeno sinal. ----------

As coerências ideológicas desumanizadas começam. Muitas vezes, com pezinhos de lã e nunca se sabe como acabam. No III Reich, a coerência ideológica levava os filhos a denunciarem os pais à Gestapo; no Chile de Salvador Allende, em 1973, a coerência ideológica da direita fascista de Pinochet, deu no que deu; na Checoslováquia, em 1968, a coerência ideológica do Pacto de Varsóvia matou a Primavera de Praga, liderada por Dubcek; muito coerentes ideologicamente foram com certeza os autores do ataque às Torres Gémeas e ainda recentemente, a coerência ideológica dos governantes da <Coreia do Norte fuzilaram dezenas de cidadãos, alguns deles porque tinham Bíblias em casa. ----------

Regressando à nossa casa, a Montijo e Afonsoeiro, não deixa de ser curioso que, depois de considerar os eleitos do PSD na Assembleia de Freguesia como

"leprosos política", venha essa força partidária afirmar que, e cito." Seremos a política de cidadãos comuns para o Montijo e Afonsoeiro de todos." ----------
Os eleitos do PSD em Montijo lamentam o sucedido e tentarão sempre criar pontas de boa convivência entre pessoas e não dinamitar as já existentes. --------
Agradeço a atenção que me dispensaram." ----------

O senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco** (BE), no uso da palavra, leu uma **Declaração Política**, intitulada «**Posição do Bloco de Esquerda perante a situação de impasse na constituição da Junta da União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro, visto o PS ter elegido 6 membros, que não são suficientes para a constituição de um executivo para a autarquia**», cujo teor a seguir se transcreve: ----------
"Face à situação de impasse na constituição da junta de freguesia, que começa a ser insustentável para a Freguesia em si, para os trabalhadores e fornecedores, o Bloco de Esquerda (BE), procurando uma solução que viabilize um entendimento para a constituição do executivo da freguesia, apresentou, na reunião realizada no passado sábado 2 de Novembro, com todos os partidos com assento na Assembleia de Freguesia – PS, CDU e PSD – a seguinte proposta:

1. Um autarca do BE fará parte do executivo; ----------
2. O BE aceitará o alargamento da participação no executivo por forças políticas da esquerda, se a CDU assim o decidir; ----------
3. O BE não participará na Junta de Freguesia com a representação do PSD;
4. O BE terá total independência nas votações das propostas e nas suas intervenções políticas, quer ao nível da assembleia de freguesia quer na junta de freguesia; ----------

5. O BE, mesmo que não venha a participar no executivo, não inviabilizará a sua constituição com outras forças partidárias. ----------

Na mesma reunião, O Bloco de Esquerda defendeu, entre outras medidas, o alargamento das competências delegadas pela câmara municipal na freguesia, na certeza que a cidade será melhor servida, e a descentralização das reuniões da assembleia e da junta de freguesia, para aproximar a autarquia das populações. ----------

O Bloco de Esquerda foi favorável, desde o primeiro momento, à constituição de um executivo maioritário do PSD, entendeu o BE que, embora o seu eleitorado não o tenha elegido como força de governo, atendendo ao número de autarcas eleitos, esse mesmo eleitorado espera agora do Bloco de Esquerda uma resposta firme e responsável na defesa dos interesses do concelho pela influência que possa ter na defesa dos montijenses e dos interesses da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro. ----------

Por outro lado, não pode o Bloco de Esquerda defraudar as expectativas dos montijenses que, no momento de crise em que atravessamos, esperam dos seus agentes políticos uma resposta transparente, ponderada e responsável para a constituição da junta de freguesia. ----------

O Bloco de Esquerda não fará tábua rasa dos seus princípios e promessas eleitorais, sob pena de ferir o compromisso de honra assumido com o eleitorado, e, por isso, a celebração de um acordo de entendimento para a constituição da junta de freguesia não inibirá o Bloco de Esquerda de prosseguir o seu ideário e o seu rumo político, agindo com autonomia em ambos os órgãos – Assembleia de Freguesia e Junta de Freguesia -, mantendo a independência que o caracteriza." ----------

O senhor **Deputado Municipal – José Ferra** (CDU), no uso da palavra, leu uma **Intervenção** sobre as **Salas Mortuárias do Cemitério Municipal Pinhal do Fidalgo**, cujo teor a seguir se transcreve: ----------

"Sendo este equipamento, uma construção concluída há cinco anos, constatamos as seguintes anomalias: ----------

Infiltrações de água pluviais, com deterioração dos revestimentos nas paredes e pavimentos. ----------

Vidro partido numa das portas, que não sendo percetível, é suscetível de provocar ferimentos aos utentes. ----------

Das salas de velório existentes, só duas tem cadeiras e em número insuficiente.

As grandes janelas viradas para o Sol não têm quebra-luz, o que provoca efeito de estufa nas salas de velório elevando a temperaturas desconfortáveis para os utentes, acelerando a decomposição dos corpos e retirando privacidade. ---------

O espaço exterior está muito mal iluminado e, para além disso, a iluminação existente, embutida no pavimento, provoca encadeamento nos utentes, o que já originou quedas que poderão dar origem a situações graves. ----------

No portão exterior de acesso às salas de velório existe um batente metálico saliente no pavimento, no qual os utentes tropeçam com frequência, agravado pela má iluminação acima referida. ----------

Os extintores existentes perderam a validade em Novembro de 2008. ----------

No respetivo parque de estacionamento existem, com frequência, roubos nos veículos, situação que é agravada pela falta de qualquer tipo de iluminação. -----

Face ao exposto, os membros do grupo municipal da CDU, exigem que a Câmara

Municipal, dê resposta célere e adequada para uma boa utilização do espaço e dos equipamentos referidos." ----------

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, disse: "Quanto à intervenção do senhor Deputado Municipal - João Afonso, que tece uma série de considerações que estão longe da realidade e faz aqui um trabalho de ilusionismo perfeito, onde se salva é com as citações que faz dos meus discursos. O que lhe tenho a dizer sobre a eloquente intervenção que fez ao Executivo Municipal, é que do Partido Social Democrata não recebemos lições de moral. O senhor Deputado Municipal cuide da sua força política e quando um dia ganhar a Câmara Municipal, nós depois conversamos. Eu penso que o senhor Deputado ainda não conseguiu ultrapassar o dia 29 de setembro, onde houve uma escolha clara dos Montijenses, que foi a vitória do Partido Socialista. Assim, aconselho-o a fazer uma análise das suas próprias palavras. ----------
Em relação às questões suscitadas pelo senhor Deputado Municipal do Bloco de Esquerda – Cipriano Pisco e relativamente às coberturas, iremos tentar junto da escola perceber o que se está a passar e o porquê desta limitação. O que o senhor Deputado Municipal coloca tem toda a pertinência, uma vez que é dentro das salas de aulas que os alunos permanecem mais tempo e, eventualmente, é nestes espaços fechados que existe maior intensidade e não propriamente num ambiente mais arejado. ----------
Relativamente à questão alusiva à Transtejo, a Câmara Municipal do Montijo não foi informada da reparação do pontão nem da transferência dos passageiros pelo Barreiro. De facto, seria mais coerente assegurar o transporte dos passageiros diretamente para Lisboa. ----------

Quanto à questão das Piscinas Municipais, é um procedimento que já vem do Executivo anterior. Tem a ver com a substituição da UTA – Unidade de Tratamento de Ar, a atual unidade tem alguns problemas de funcionamento e por essa razão, será substituída. Nesta sequência, procedeu-se à abertura de um concurso e à sua adjudicação a uma empresa do Montijo que, infelizmente, está em dificuldades financeiras e até já se encontra em insolvência. ----------A Câmara Municipal vai iniciar um novo concurso. Terá que cumprir com os prazos legais, mas certamente que irá recorrer dos mecanismos mais expeditos para a adjudicação da Unidade de Tratamento de Ar. ----------
Em relação às questões colocadas pelo senhor Deputado Municipal José Ferra, existem algumas situações que iremos avaliar e resolver rapidamente, de acordo com a disponibilidade financeira que dispomos. Todos temos que ter noção que hoje vivemos um período de grandes dificuldades financeiras, não só na arrecadação de receita, mas também de limitações nas despesas que podemos fazer." ----------

O senhor **Presidente de Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes – Joaquim Batalha** (CDU), no uso da palavra, leu uma **Declaração**, cujo teor a seguir se transcreve: ----------
"Srs. Presidentes e Vereadores, Srs. Deputados Municipais ----------
Entramos num novo Ciclo de relacionamento com Sarilhos Grandes e com o Executivo da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes é a função do Senhor Presidente da Câmara estamos de acordo é preciso e é urgente um novo Ciclo de relacionamento e intervenção da Câmara Municipal com a Freguesia de Sarilhos Grandes. ----------

Queria informar a Assembleia Municipal a situação da Freguesia de Sarilhos Grandes em traços gerais: ----------

- Para além da situação económica da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, provocado pela retirada de competências e meios económicos pela Câmara Municipal de Montijo durante 4 anos que estagnou o trabalho autárquico da Freguesia. ----------
- A Freguesia de Sarilhos e os seus moradores foram os mais prejudicados.
- As Associações e Coletividades tem-nos dado a conhecer as dificuldades que têm passado nestes últimos 4 anos, sem apoios da Freguesia a da própria Câmara, com graves problemas nas suas atividades por falta dos mesmos apoios. ----------
- Os equipamentos instalados e os espaços públicos necessitam de intervenção urgente. ----------
- As Escolas e Jardins de Infância da Freguesia, estão a viver com muitas dificuldades, com falta de pessoal auxiliar, as instalações escolares requerem reparações urgentes. ----------
- A Cultura e Desporto raramente passam por Sarilhos. ----------
- Sarilhos Grandes foi esquecida durante estes últimos 4 anos. ----------

Sarilhos Grandes não vai ser mais esquecida, porque o executivo da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes far-se-á ouvir sempre que Sarilhos Grandes seja discriminada, queremos ser tratados de igual a todas as Freguesias do Concelho. Porque Sarilhos também faz parte deste concelho." ----------

O senhor **Presidente de Junta de Freguesia da União de Freguesias Montijo/Afonsoeiro** (PS), no uso da palavra, leu uma **Declaração Política**, alusiva à **Agregação das Freguesias vs 1º Impacto**, cujo teor a seguir se transcreve: ----------

"Senhora Presidente da Assembleia Municipal ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal ----------

Senhoras e Senhores Vereadores ----------

Senhoras e Senhores Deputados ----------

Senhoras e Senhores Munícipes ----------

A incompreensível reforma autárquica, assente numa total teimosia do governo PSD/CDS, revelou-se uma verdadeira tropelia ao Poder Local pois está a causar prejuízos a toda a população portuguesa. ----------

No nosso concelho com a extinção de 3/6 das 8 freguesias apenas se mantiveram as freguesias de Canha e de Sarilhos Grandes, ficando assim agregadas as freguesias do Montijo e Afonsoeiro, de Atalaia e Alto Estanqueiro-Jardia e de Santo Isidro de Pegões. Este desenho administrativo-territorial resultou num prejuízo enorme para os habitantes das extintas freguesias de que destaco a distribuição do trabalho de proximidade que existia entre estas autarquias, as mais próximas do povo. ----------

Estas agregações, ou seja extinções, baseadas em alegados critérios de ordem técnica tendo como objetivo que as freguesias ganhassem escala e dimensão, são inaceitáveis e demonstram uma falta de respeito pela legitimidade dos órgãos autárquicos. ----------

O unânime protesto que por todo o país se gerou, atesta bem o descontentamento que as populações e os seus representantes manifestaram

ao ver o governo PSD/CDS – totalmente submisso aos interesses da Troika -, violar os princípios da descentralização ao enviar à Assembleia da Republica a proposta da extinção de freguesias. ----------

Como um mal nunca vem só, diz o povo e com razão, foi criada no Parlamento, uma Unidade Técnica para Reforma Administrativa com a finalidade de, com o rigor de régua e esquadro, definir como e quais as freguesias a extinguir. ---------

Esta Unidade Técnica para a Reforma Administrativa era constituída por todos os partidos representados no Parlamento, assim como pela ANAFRE e pela ANMP, mas com a exceção dos partidos do governo, todos se recusaram a integrar tal unidade técnica. Com esta tomada de posição, deram o claro sinal de que não participaram num processo errado de reorganização administrativa e que apenas serviram criar a ilusão de uma discussão e colaboração democráticas e participativas visto que o objetivo do governo PSD/CDS era mascarar a orientação doentia e economicista das linhas ideológicas de um liberalismo que apenas pretende subjugar os povos em nome de um capitalismo financeiro e mercantil desenfreado e hostil ao desenvolvimento e à consolidação da democracia nas sociedades. ----------

A apregoada economia de escala que corresponderia a uma suposta poupança dos dinheiros públicos, transformou-se numa suposta poupança dos dinheiros públicos, transformou-se numa necessidade absoluta de fortes e inadiáveis investimentos por parte das novas juntas de freguesia que foram objeto da dita agregação. De entre estas despesas, refiro aquela que resultou da aquisição de plataformas tecnológicas que permitam pôr a funcionar em rede os serviços das juntas agregadas. ----------

Acrescem a estes novos gastos dos dinheiros públicos os encargos resultantes do facto de muitas freguesias, devido à agregação, passarem a ter necessidade de os seus presidentes ficarem a meio tempo e de outras freguesias, aquelas que apenas tinham o seu presidente a meio tempo, passarem a tê-lo a tempo inteiro. ----------

Além das despesas já referidas, podemos ainda elencar uma lista interminável de outros gastos, que vão desde um simples selo branco ou a substituição de envelopes e folhas timbradas, passando pela heráldica, motivada pela alteração de brasão, etc., etc., etc., e que vêm comprovar que este inaceitável ataque à autonomia do Poder Local está a provocar enormes prejuízos à população das freguesias envolvidas neste processo de reorganização administrativa do território concebido pelo PDS/CDS. ----------

Dever-se-á juntar a tudo isto a falta de regulamentação transitória, clara e objetiva, que teria como finalidade a simplificação dos procedimentos inerentes à reorganização e mais competência no desempenho das funções das novas freguesias. ----------

Por estas razões, mantemos o nosso repúdio e descontentamento por esta forma autista, antidemocrática e atentatória da boa regulação do Poder Local, e, em geral, da governação do País. ----------

Disse." ----------

O senhor **Deputado Municipal – Alcídio Torres** (PS), no uso da palavra, leu uma **Declaração Política**, que aqui se dá por reproduzida: ----------

"Há mais de quatro anos, e particularmente nos últimos dois, Portugal foi

sujeito a um programa de ajustamento económico, ou melhor a uma terapia de choque sem precedentes na história da economia e da sociedade portuguesa. -- Este ajustamento foi até legitimado nas urnas por uma vitória eleitoral do PSD e com base em promessas posteriormente não cumpridas. Em nome do rigor e do equilíbrio das contas públicas, com a qual estamos de acordo, foi concebida uma doutrina de choque, da qual discordamos, assente em 2 mitos, que urge desmontar e desmistificar. ----------

O primeiro Mito: O mito da austeridade expansionista. A concretização deste mito, à custa de um enorme sacrifício e empobrecimento da maioria dos portugueses, passaria pela redução do défice e da dívida pública, como condição fundamental para o crescimento da economia. ----------

Vejamos então como este mito se transformou rapidamente num sério problema. ----------

Segundo o Eurostat, na vigência dos governos de Barroso e Santana Lopes, o crescimento da dívida foi de 3 mil 950 milhões de euros anuais. Nos governos de José Sócrates, a dívida cresceu 9 mil e 100 milhões ao ano. No governo de Pedro Passos Coelho a dívida pública cresceu imagine-se, 26 mil e 300 milhões de euros ao ano. Ou seja, em dois anos deste Governo o aumento da dívida é praticamente equivalente à dívida acumulada em 8 anos de governos anteriores a este. Quanto mais se paga mais se deve. ----------

A queda do mito da austeridade foi acompanhada por uma colossal transferência de rendimento do trabalho para o capital. Só em 2011 um banqueiro português arrecadou 840 milhões de euros com juros da divida. Só em juros pagamos anualmente um montante superior ao orçamento do Ministério da Saúde. A redução dos custos unitários do trabalho, por via das

chamadas reformas estruturais pelo lado da oferta e não da procura, traduziu-se em mais uma transferência de rendimentos dos mesmos para os do costume. A transferência de riqueza nacional para pagar os superavits dos países do norte traduziu-se **na maior taxa de desemprego dos últimos 81 anos e na maior divida publica dos últimos 160**. ----------

O presidente da Rede Europeia Anti-Pobreza estima que, no final de 2013, Portugal contará com mais de 3 milhões de pobres, 30% da população portuguesa. Segundo o INE, quase quatro milhões e meio de portugueses estariam em situação de pobreza se não fossem as transferências sociais. 127 mil reformados foram penhorados não por gastarem mal, mas porque tiveram de ajudar os filhos . **"Esta é uma economia que mata"**, segundo palavras do Papa Francisco. ----------

Ao tentar ser o melhor aluno da turma no concurso de beleza da austeridade, Portugal ficou mais pobre, mais desigual, mais desumano e com menos recursos estratégicos para enfrentar os tempos que ai vêm. O mito da austeridade expansionista cai assim por terra. A história repete-se mais uma vez, agora não como comédia mas como tragédia. ----------

O segundo mito invocado constantemente por este governo é o mito da Banca Rota: Portugal teria que fazer o que fez porque estava a dois meses de não ter dinheiro para pagar salários. ----------

Vejamos como uma mentira repetida várias vezes até parece verdade, mas não é. ----------

Segundo o Ministério das Finanças (pág. 90 do Relatório do OE para 2013), aquilo que o Estado arrecadou com receitas dos impostos e das contribuições dos portugueses em 2011 foi superior em 4 mil milhões de euros ao que se

pagou com despesas com Pessoal das Administrações Públicas mais despesas com as pensões e outras prestações (incluindo saúde); em 2012 esse excedente deverá ultrapassar os seis mil milhões de euros. ----------

Ou seja, em Portugal, o que os portugueses pagam em impostos e contribuições dá, tem dado e ainda sobra para pagar os salários das Administrações públicas e as prestações sociais, incluindo a saúde. ----------

Então, pergunta-se, para onde vai o dinheiro que os portugueses pagam em impostos e contribuições, se dizem que em meados de 2011 só havia dinheiro para pagar dois meses de salários, o que nos obrigou a pedir um empréstimo à troika no valor de 78 mil milhões de euros? ----------

Vejamos, então, para onde foi esse dinheiro: ----------

Segundo dados da Direção Geral de Orçamento, a soma das despesas gastos pelo Estado na compra de bens e serviços (telecomunicações, serviços de segurança, contratos, rendas, viagens, etc.) em 2011 e 2012, a maior parte por ajusto direto, totaliza 28 mil e 900 milhões de euros. ----------

Se somarmos os 28 mil e 900 milhões de euros das aquisições aos juros que já pagamos em dois anos do empréstimo da troika, aos apoios à banca, aos benefícios fiscais a mais de 11 mil empresas em 2011, aos encargos com as PPP obteremos um valor próximo dos 40 mil milhões de euros. A troika emprestou-nos 78 mil milhões. ----------

A desilusão é gritante: Como é possível cortar 14% nos salários e pensões no ano de todos os sacrifícios (2012) e, em simultâneo, aumentar-se nos mesmos 14% os gastos com aquisições? As gorduras do Estado são, afinal, os salários e as pensões. ----------

Basta o corte nas aquisições de bens e serviços sofrer uma redução média igual ao corte percentual feito nos salários e nas pensões da administração pública em 2011 e 2012 para estamos agora a falar numa poupança de 4 mil milhões euros. ----------

A austeridade imposta aos portugueses pelo governo para o período entre 2014 e 2016 corresponde a 4 mil e 700 milhões de euros. Comparem as diferenças. 4 mil milhões de poupanças possíveis em aquisições evitariam 4 mil milhões de sacrifícios impostos aos portugueses para os próximos 3 anos. ----------

Cai, assim por terra, a falta de dinheiro para pagar salários. ----------

Cai assim por terra o segundo mito, o mito da Banca Rota. ----------

Não obstante o desastre económico e financeiro resultante destas políticas de austeridade, o governo continua, para 2014, a insistir num orçamento que, segundo o próprio governador do Banco de Portugal, terá com efeito o aumento do incumprimento das famílias e das empresas, além de constituir, segundo Carlos Costa, uma ameaça à própria estabilidade financeira do sistema bancário. ----------

O grego Protágoras já dizia há 2 mil e 600 anos que o Homem é a medida de todas as coisas e essa é a verdadeira essência do Estado de Direito e de uma sociedade em que não pode valer tudo e onde a lei, os direitos fundamentais e a vida das pessoas devem estar em primeiro lugar. ----------

Um país com uma história tão grande não merecia governantes tão pequenos. Há, no entanto, um pormenor que lhes escapa: A história não acaba aqui!." ------

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, em relação à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes –

Joaquim Batalha, disse: "Quanto à questão da nova reposição de verbas para a freguesia de Sarilhos Grandes, o senhor referiu a não existência dessas verbas no mandato anterior. Já disse e repito novamente, o protagonista na Câmara Municipal mudou, temos uma situação nova, como também mudou o Presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes. Portanto, a relação de confiança que se pode estabelecer entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia é diferente da relação que existia anteriormente. ----------
Neste sentido, a Câmara Municipal repõe as verbas para a freguesia de Sarilhos Grandes." ----------

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberto o período

ORDEM DO DIA

PONTO UM – Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 12/2013 – **"Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia Genérica prevista na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho".** ----------
A Lei n º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA) veio estabelecer as normas a que obedece a assunção de novos compromissos das entidades públicas. O Decreto – Lei n º 127/2012, de 21 de junho, em cumprimento do previsto no artigo 14º da LCPA, define as normas disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da LCPA bem como à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10º da lei dos compromissos. ----------
Com a LPCA o **foco de controlo da despesa pública assenta no momento da**

assunção do compromisso, momento a partir do qual a obrigação da despesa é constituída. ----------

São **«compromissos»** as obrigações de efetuar pagamentos a terceiro em contrapartida do fornecimento de bens e serviços ou da satisfação de outras condições. ----------

Os **«compromissos» consideram-se assumidos** quando é executada uma ação formal pela entidade, como sejam a emissão de ordem de compra, nota de encomenda ou documento equivalente, ou a assinatura de um contrato, acordo ou protocolo, podendo também ter um caráter permanente e estar associados a pagamentos durante um período indeterminado de tempo, nomeadamente salários, rendas, eletricidade ou pagamentos de prestações diversas. ----------

A violação das regras relativas à assunção de compromissos é regulada no artigo 11º da LPCA, acarretando para quem a viola responsabilidade civil, criminal, disciplinar e financeira, sancionatória e/ou reintegratória, nos termos da lei vigente. ----------

Ora, considerando que: ----------

São **«compromissos plurianuais»** os compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais de um ano económico (cfr. artigo 3º alínea a) da Lei n º 8/2012, de 21 de fevereiro); ----------

A abertura de procedimento relativo **a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização**, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, **não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia municipal, salvo quando:** ----------

1. Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; -----
2. Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros (noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos, ----------

nos termos do disposto no artigo 22º do Decreto-Lei n º 197/99, de 8 de junho (o referido diploma legal foi revogado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro – que Aprova o Código dos Contratos Públicos – mas por força do disposto na alínea f) do n º 1 do artigo 14º, manteve em vigor o artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, sendo este preceito parcialmente revogado em virtude da natureza imperativa das normas da LPCA conforme artigo 13º); ----------

A **assunção de compromissos plurianuais**, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, **está sujeita a autorização prévia das Assembleia Municipal**, nos termos da alínea c) do n º 1 do artigo 6º da LCPA; ----

A **autorização prévia da Assembleia Municipal** para a assunção de compromissos plurianuais referidos no número anterior desta proposta (ponto. 3) **poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano**, em conformidade com o disposto no artigo 12º do Decreto-Lei n º 127/2012, de 21 de junho; ----------

A **natureza imperativa** do disposto nos artigos 3º a 9º e 11º da LPCA, prevalecendo sobre quaisquer normas legais ou convencionais, especiais ou excecionais, que disponham em sentido contrário (cfr. artigo 13º LPCA); ----------

A autorização prévia do órgão deliberativo para a assunção de compromissos plurianuais efetuada aquando da aprovação dos planos plurianuais de investimento configura um instrumento que permite **agilizar o processo decisório** nestas matérias; ----------

Compete à Câmara Municipal, nos termos do artigo 33º, n º 1 alínea c) do Anexo I à Lei n º 75/2013, de 12 de setembro (Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico), da qual faz parte integrante, apresentar propostas à Assembleia Municipal sobre matérias da competência do órgão deliberativo, ----

PROPÕE-SE que o Executivo Municipal delibere: ----------

Submeter à Assembleia Municipal proposta de **Autorização Prévia Genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pelo órgão executivo, câmara municipal**, em conformidade com o previsto na alínea c) do n º 1 do artigo 6º da LPCA e no artigo 12º do Decreto-Lei n º 127/2012, de 21 de junho, nos casos em que: ----------

1. Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; -----
2. Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros (noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos, ----------

nos termos e condições seguintes: ----------

A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe só se possa fazer quando, para além das condições previstas no

número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n º 8/2012, de 21 de fevereiro e no Decreto-Lei n º 127/2012, de 21 de junho, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas; ---------

Em todas as sessões ordinárias do órgão deliberativo seja presente informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe. ----------

Submeter à Assembleia Municipal proposta para que ao órgão executivo, câmara municipal, seja concedida a **faculdade de subdelegar no Presidente de Câmara a assunção de compromissos plurianuais** relativa a despesas de funcionamento de caráter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime da contratação pública." -------

Sobre a matéria, a assembleia municipal enviou informação escrita, a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 29º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. ----------

A senhora Presidente da Assembleia Municipal, de seguida submeteu à **votação a proposta**, tendo a Assembleia deliberado **aprová-la** com 10 votos a favor do PS, 14 abstenções (7 do PSD e 7 da CDU) e 2 votos contra do BE. ---------

PONTO DOIS - Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 40/2013 – **"Monotorização do Plano de Ajustamento Financeiro constante no Programa de Apoio Economia Local".** ----------

"CONSIDERANDO: ----------

A atual situação económica do País e execução do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, o qual estabelece metas de consolidação orçamental das contas públicas nacionais, em especial da redução dos pagamentos em atraso, conduziram a aprovação da Lei nº 43/2012 de 28 de Agosto que criou o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL). ----------

A Lei nº 43/2012 de 28 de Agosto, criou o Programa de Apoio à Economia Local, com o objetivo de proceder à regularização do pagamento de dívidas dos municípios a fornecedores vencidas há mais de 90 dias. ----------

A Portaria nº 281-A/2012 de 14 de Setembro, procedeu à regulamentação da Lei nº 43/2012 de 28 de Agosto que aprova o Programa de Ajustamento à Economia Local (PAEL). ----------

Em reunião de assembleia municipal de 28 de Setembro de 2012 foi aprovada a proposta n.º 841/2012 relativa à aprovação do Plano de Ajustamento Financeiro. ----------

A Câmara Municipal de Montijo em 16 de Novembro de 2012 assinou o Contrato de Empréstimo – "Programa de Apoio à Economia Local" no montante de 1.285.714,16 €. ----------

Em reunião de câmara de 9 de Janeiro de 2013 foi aprovada a proposta n.º 909/2013 referente à "Aprovação das cláusulas da adenda ao contrato de empréstimo de médio e longo prazo contratado no âmbito do PAEL" que alterou o valor do contrato para 846.737,41 €. ----------

Em 6 de Fevereiro 2013 o município do Montijo recebeu a 1ª tranche, que representa 70% do total do empréstimo, no montante de 592.716,19 €. ----------

Em 30 de Abril 2013 o município do Montijo recebeu a 2ª tranche, que representa 30% do total do empréstimo, no montante de 254.021,22 €. ----------

Em reunião de assembleia municipal de 23 de Abril de 2013 foi aprovada a proposta n.º 983/2013 relativa à Monotorização do Plano de Ajustamento Financeiro constante no Programa de Apoio à Economia Local referente ao 1º trimestre de 2013. ----------

Em reunião de assembleia municipal de 13 de Setembro de 2013 foi aprovada a proposta n.º 1096/13 relativa à Monotorização do Plano de Ajustamento Financeiro constante no Programa de Apoio à Economia Local referente ao 2º trimestre de 2013. ----------

PROPONHO: A avaliação do grau de execução, do 3º trimestre de 2013, dos objetivos previstos no Plano de Ajustamento Financeiro, nos termos da alínea a) do n.º1 do artigo 12º da Lei nº 43/2012 de 28 de Agosto." ----------

Sobre a matéria, a assembleia municipal enviou informação escrita, a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 29º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. ----------

A senhora Presidente da Assembleia Municipal, de seguida submeteu à **votação a proposta**, tendo a Assembleia deliberado **aprová-la** com 10 votos a favor do PS, 9 abstenções (7 do PSD e 2 do BE) e 7 votos contra da CDU. ----------

PONTO TRÊS - Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 42/2013 – "**Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para o ano de 2014**". ----------

"Considerando o disposto no artigo 33º nº 1, alínea c) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. ----------

Propõe-se: Que a Câmara Municipal delibere aprovar: ----------

Proposta de **Orçamento Municipal para o ano de 2014,** bem como ----------

As **Grandes Opções do Plano**, que integram o **Plano Plurianual de Investimentos para o período de 2014-2017** e o **Plano de Atividades Municipais**, documentos que se encontram em anexo, aqui se dando por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais. ----------

Que os documentos em causa sejam submetidos à aprovação da Assembleia Municipal na sua próxima sessão, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro." ----------

Sobre a matéria, a assembleia municipal enviou informação escrita, a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 29º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. ----------

O senhor **Deputado Municipal – Rui Aleixo** (BE), no uso da palavra, leu uma **Declaração**, cujo teor a seguir se transcreve: ----------

"Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal; ----------

Exmas. Senhoras Deputadas Municipais; ----------

Exmos. Senhores Deputados Municipais; ----------

Exma. Câmara Municipal; ----------

A Câmara Municipal traz para deliberação por esta Assembleia Municipal: --------

1. A proposta de Orçamento Municipal para o ano de 2014; ----------
2. As grandes Opções do Plano, que integram o Plano Plurianual de Investimentos, para o período compreendido entre 2014-2017, e o Plano de Atividades Municipal. ----------

Importa, então, analisar, per si, cada um dos itens assinalados. ----------

O ORÇAMENTO MUNICIPAL ----------

O Orçamento Municipal é por um lado, o principal instrumento de condução da vida política do Município, espelho onde se estampa a imagem ideológica dos seus mentores, e, por outro, uma "ferramenta" política que, se for bem utilizada, poderá proporcionar uma melhoria significativa na qualidade de vida dos munícipes. ----------

Contudo, como espelho, este Orçamento reflete a imagem de um partido autista, alheio aos interesses e à voz dos cidadãos; como "ferramenta" o orçamento prevê a continuação da dolorosa via que o Montijo tem vindo a trilhar, depois que foi lançado pelo Partido Socialista na apagada e vil tristeza com que se vem confrontando. ----------

Este orçamento é assim, um retrato do passado, quando o Montijo almeja o futuro; É um fator de imobilismo, quando o Montijo deseja a dinâmica do desenvolvimento; é o retrato cru de uma gestão que não soube aproveitar os tempos de vacas gordas e deixou magras as arcas da camara municipal. É um orçamento minimalista, que cumpre as tarefas básicas da instituição. ----------

Não será possível, por se exigir uma gestão parcimoniosa do tempo, fazer uma análise exaustiva de tão importantes documentos. Por isso, elegemos seis aéreas, nas quais nos confrontamos com algumas questões para as quais o Bloco de Esquerda espera uma resposta do senhor presidente. ----------

1.ª Área ----------

1. O Orçamento e a Politica de Desagravamento Fiscal ----------

Um dos eixos deste orçamento é o «desagravamento dos impostos locais, para os trabalhadores, pensionistas e reformados, famílias e pequenas e medias empresas. ----------

Senhor presidente, o Bloco de Esquerda pretende saber o seguinte: ----------

1.Esta política de desagravamento fiscal resulta de um propósito firme de contribuir para a poupança dos «trabalhadores, pensionistas e reformados, famílias e pequenas e medias empresas», ou reflete, ou tão-só o cumprimento do "bodo eleitoral», que se extinguirá nos próximos anos? ----------

2.ª Área ----------

2. O Orçamento e a Política de Trabalho ----------

Afirma o senhor presidente da câmara, na Declaração sobre o Orçamento de 2014, que este documento visa «dar ao Montijo um rumo para a modernização, desenvolvimento e coesão social, com conhecimento (...).» ----------

A «aposta forte na qualificação dos montijenses» não poderá menosprezar os trabalhadores da autarquia, que são um dos principais esteios do município, e sem os quais não se poderão concretizar as competências do município. ----------

Qualificar os trabalhadores, inovar nos métodos e na organização, tornar o conhecimento rotineiro só será possível se houver um investimento sistemático na sua formação. ----------

Porém, as verbas que estão previstas no orçamento para o cumprimento deste desiderato somam 45,00Euros 45,00Euros para a formação de cerca de 900 trabalhadores. ----------

Dir-me-á o senhor presidente que a inscrição no orçamento de uma verba mínima corresponde a uma técnica contabilística que possibilitará o seu reforço, caso venha a ser necessário. ----------

Contudo, como não desconhece, a avaliação dos trabalhadores do nosso município tem por fim, entre outros objetivos, identificar as necessidades de formação e desenvolvimento profissional adequado à melhoria do desempenho dos trabalhadores e promover a motivação e o desenvolvimento das competências e qualificações dos dirigentes e trabalhadores, favorecendo a formação ao longo da vida. ----------

Neste momento, senhor presidente, depois de os trabalhadores terem sido avaliados, não estão identificadas as necessidades de formação, na Câmara Municipal de Montijo? ----------

Mas é necessário também motivar os trabalhadores e isso não se conseguirá enquanto a câmara municipal continuar a induzir grupos de trabalhadores a prestarem trabalho extraordinário gratuitamente, subvertendo o espírito e a letra de lei, ou não lhes conferindo a categoria de acordo com as suas habilitações. Num caso e noutro trata-se de uma forma de exploração, porque há trabalhadores que recebem o pagamento das horas extraordinárias, enquanto outros têm de prestá-lo tendo como contrapartida o desconto em

tempo. Há trabalhadores que são reclassificados e outros nem sequer recebem resposta aos seus pedidos. ----------

Quer no programa eleitoral quer em várias intervenções que já proferiu, o senhor presidente tem posto a ênfase na necessidade de organização dos serviços. A contrário, não deixa de ser o reconhecimento da sua desorganização.

Senhor presidente, o Bloco da Esquerda pretende saber o seguinte: ----------

Quando se refere à necessidade de se proceder à organização dos serviços quer com isto significar que, doravante: ----------

a) Passará a existir um plano anual de formação? ----------

b) Os trabalhadores não serão "convidados" a prestar trabalho extraordinário a troco de "coisa nenhuma", isto é, de tempo? ----------

c) Que a reclassificação dos trabalhadores, no sentido lato do tempo, se processará com transparência, primando o mérito sobre o favor partidário ou pessoal? ----------

d) Os trabalhadores terão uma resposta atempada às petições e reclamações? E

e) Os trabalhadores, nomeadamente, os dos serviços de higiene e salubridade pública, de estradas e caminhos e de outros sectores, quer operários quer de serviços, passarão a dispor de instalações condignas? ----------

3.ª Área ----------

3 – O Orçamento e o Plano Plurianual de Investimento ----------

OBRAS MUNICIPAIS ----------

A remodelação de um edifício centenário devoluto para a criação de um jardim infantil, no Alto Estanqueiro, e a recuperação e remodelação do mercado são as duas obras emblemáticas que o executivo municipal garante que serão concretizadas no próximo ano. ----------

Por outro lado, a câmara municipal elenca outras obras, algumas das quais nos parecem ser já virtuais, das quais destacamos a construção do Campo de Futebol (Parque Desportivo) e a recuperação do edifício da Quinta do Pocinho das Nascentes. ----------

1. A promessa de construção de um parque desportivo, que albergaria uma das seleções, que disputou o Euro 2004, remonta, pelo menos a 2002. ----

Este ano, o senhor Professor Sidónio Pardal considerou aquele projeto megalómano e desajustado da realidade. ----------

Senhor presidente, o Bloco de Esquerda pretende saber o seguinte: ----------

A que se refere quando anuncia a construção de um campo de futebol/parque desportivo? Ao antigo projeto ou encomendará um novo projeto? Será uma obra municipal ou intermunicipal? ----------

Senhor presidente, o Bloco de Esquerda pretende ainda saber o seguinte: ------

O edifício da Quinta do Pocinho das Nascentes é de jure, património do Município? ----------

4.ª Área ----------

4– O Orçamento e o Plano Municipal de Atividades ----------

1.Ensino ----------

O Plano Municipal de Atividades acolhe a celebração de dois protocolos de colaboração relativos ao programa de Atividades de Enriquecimento Curricular.

Senhor presidente, o Bloco de Esquerda pretende saber o seguinte: ----------

a) Qual (Quais) a(s) entidade(s) responsável (eis) pela concretização destes protocolos? ----------

b) Como foi (foram) selecionada(s)? ----------

2.Acção Social ----------

No cenário de profunda crise que o Pais está a viver, muito se estranha que não haja no Plano Municipal de Atividades uma referência às Instituições Privadas de Solidariedade Social. ----------

Senhor presidente, o Bloco de Esquerda pretende saber o seguinte: ----------

1. Que apoios estão previstos para as IPSS, que têm vindo a desempenhar um papel fundamental na minoração de alguns problemas sociais? ----------

2. Pretende normalizar as relações institucionais entre a Câmara municipal de Montijo e todas as IPSS, incluindo a Santa Casa de Misericórdia de Canha? --------

3.Cultura ----------

A Cultura exige de todos nós a atenção necessária para não nos "voltarmos p'ra trás", mas o cuidado de olharmos para trás buscando o nosso passado e respeitando os nossos maiores. ----------

Por vezes apetece-nos cantar "Ó Tempo Volta P´ra Trás", procurando um tempo em que os montijenses estavam no centro das atenções e os seus méritos eram reconhecidos pelas instituições da sua terra. ----------

No dia 18 de Outubro, morreu o senhor António Manuel Dias Pequerrucho. Não se conhece qualquer manifestação de pesar por parte da autarquia por ter visto partir o consagrado António Mourão. ----------

Fixando agora a nossa atenção nos documentos em análise, ficámos a saber que: ----------

1. A Biblioteca municipal Manuel Giraldes da Silva, que tem seis polos localizados nas freguesias do concelho e que tem vindo a descurar, ao longo dos últimos anos, o seu enriquecimento bibliográfico, ao ponto de nem sequer ter a generalidade dos jornais para ceder aos seus leitores, será comtemplada com 6.000,00 Euros para aquisição de fundos bibliográficos. ----------

2. A Sociedade Cooperativa União Piscatória celebrará um protocolo com a Câmara Municipal e receberá 15.000,00 Euros. ----------

3. O Clube Atlético de Montijo receberá um apoio para aquisição de viatura que totalizará 12.700,00 Euros, embora esteja previsto, para 2014, o pagamento de 2.240,00 Euros. ----------

4. Há uma equipa de animadores do património histórico-cultural do concelho que receberá 5.000,00 Euros para a realização de eventos culturais municipais.

5. Há uma equipa de apoio ao funcionamento do Cinema Teatro Joaquim de Almeida, que receberá 10.000,00Euros. ----------

6. O Cinema Teatro Joaquim de Almeida será contemplado com uma verba de 5.000,00Euros para o seu funcionamento. ----------

Senhor presidente, o Bloco de Esquerda pretende saber o seguinte: ----------

1. Que política de leitura e de divulgação do livro pretende seguir a Câmara Municipal? ----------

2. Quais os fins a prosseguir com o protocolo a celebrar com a Sociedade Cooperativa União Piscatória? ----------

3. Como podem as associações candidatarem-se ao apoio para a aquisição de viatura? Há regulamento? ----------

4. Estando a Câmara Municipal dotada de serviços culturais e de turismo e tendo o cinema um grupo de trabalhadores municipais, por que é a autarquia vai dispensar 15.000,00 Euros para financiar duas equipas, mais do que aplicará na dotação para aquisição de fundos bibliográficos (6.000,00 Euros) e no funcionamento do próprio cinema (5.000,00 Euros)? ----------

5. Há regulamento para a utilização do cinema? ----------

5.ª Área ----------

5. Parque de Exposições de Montijo ----------

O Parque de Exposições de Montijo – que será sempre a MONTIAGRI – encontra-se numa situação e de incúria que não honra o Montijo e ofende a memória do seu instituidor – o senhor Acácio Dores. ----------

Senhor presidente, o Bloco de Esquerda pretende saber o seguinte: ----------

1. Que obras serão realizadas naquele parque? ----------

2. Há algum projeto de revitalização do mesmo? ----------

6.ª Área ----------

(Por último, duas questões sobre a) ----------

6.Relação da Câmara com as Juntas de Freguesia ----------

Registamos surpreendidos – para não dizer atónitos – a posição contraditória assumida agora pelo senhor presidente de Câmara e restante executivo socialista face à Freguesia de Sarilhos Grandes, ontem e hoje gerida pela CDU. -- Durante quatro anos, apoiaram a discriminação negativa feita àquela freguesia por razões meramente ideológicas, pecado maior da Democracia. No atual mandato, e numa nova correlação de forças, fazem um ato de contrição, declaram que se tratou de uma injustiça, renegam o que ontem apoiaram e querem afirmar-se como paladinos de uma nova maneira de estar na política, dentro das normas de sã convivência democrática, que só eles vinham infringindo. ----------

Se se não tratar de mero ajuste de contas com o passado e a bondade do propósito for sincero beneficiará as populações, apaziguará montijo e honrará a Democracia, e saudar-se-á então este aggiornamento civilizacional do senhor presidente e restantes membros do executivo socialista. ----------

6.1 O orçamento prevê a transferência de 540.000,00 Euros para as autarquias.

Senhor presidente, o Bloco de Esquerda pretende saber o seguinte: ----------

Quais foram os critérios que presidiram à distribuição das verbas, uma vez que elas são tão díspares? ----------

6.2 O Plano Plurianual de Investimentos (pag.4) regista: ----------

a) Empreitada para a execução e recuperação de zonas calcetadas (com exceção do Art.º 16. º do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de Setembro); e
b) Obras de recuperação e manutenção de parques infantis (com exceção do Artº.16º do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de Setembro). ----------

O Artigo 66º. Da Lei 169/99, de 18 de Setembro, sob a epígrafe "Competências delegáveis na freguesia" estatui ----------

1. A Câmara, sob autorização da Assembleia Municipal, pode delegar competências nas juntas de freguesia interessadas, mediante a celebração de protocolo, onde figurem todos os direitos e obrigações de ambas as partes, os meios financeiros, técnicos e humanos e as matérias de ambas as partes, os meios financeiros, técnicos e humanos e as matérias objeto da delegação. --------

2. A delegação a que se refere o número anterior incide sobre as atividades, incluindo a realização de investimentos, constantes das opções do plano e do orçamento municipais e pode abranger, designadamente (cita-se só o que importa reter): ----------

b) Conversão, calcetamento e limpeza de ruas e passeios; ----------

Ora, o artigo acabado de citar foi revogado pela Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, e aquelas que eram competências próprias da Camara Municipal delegáveis na Junta de Freguesia passaram a ser competências próprias de freguesia. ----------

Ao definir as competências materiais da junta de freguesia o Artigo 16.º, n.º 1,

do Anexo I, da Lei 75/2013, prevê na alínea: ----------

bb) Gerir e manter parques infantis públicos e equipamentos desportivos de âmbito local; ----------

e na alínea ----------

ff) Proceder à manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais.----------

Como competência própria que é da freguesia não pode a câmara municipal arrogar-se à gestão e manutenção de parques infantis públicos, equipamento desportivo de âmbito local e de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais, que passaram a integrar o núcleo das competências próprias da freguesia. -------

Respeitando-se o disposto na alínea a), nº. 1 em conjugação com o nº. 3 do Artigo 25º, da Lei nº. 75/2013, esta assembleia não pode alterar as propostas das opções do plano e do orçamento, sem prejuízo de a câmara municipal acolher em nova proposta as recomendações ou sugestões feitas pela assembleia municipal. ----------

Ora, a parte citada dos documentos análise – e outras que, porventura, versem sobre as matérias cuja competência pertence à Freguesia – colidem com a lei e, assim, para que se cumpra o princípio da legalidade deverá o senhor presidente expurgá-las, plasmando o orçamento pelos ditames da lei e afastando, assim esta assembleia das consequências jurídicas que decorrem da violação da mesma. ----------

Obrigado pela atenção prestada." ----------

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, respondeu às questões suscitadas pelo senhor Deputado do Bloco de Esquerda e disse:

"Quanto à questão deste orçamento ser um retrato do passado, não concordo consigo. Como é evidente, nós vivemos hoje um contexto de grandes dificuldades financeiras. E não é só na Câmara Municipal, também as famílias. E neste sentido, nós estamos a fazer o exercício, que do meu ponto de vista é muito equilibrado e que permite efetivamente garantir não só um nível de serviço às populações, mas ao mesmo tempo e fruto de um equilíbrio financeiro que vem do passado, conseguimos fazer um desagravamento fiscal. ----------

Este desagravamento fiscal tem a ver com os trabalhadores, pensionistas e reformados Para as famílias, é no IRS, no que, este desagravamento fiscal é muito significativo, representa 10%. A Assembleia Municipal aprovou aqui uma isenção de Derrama em IRC, para empresas com volumes de negócios inferiores a 150 mil euros, portanto, continuamos com esse desagravamento fiscal às pequenas e médias empresas, sendo este um verdadeiro apoio à economia local. ----------

O senhor Deputado Municipal, questiona se no próximo ano vamos fazer mais desagravamento fiscal? Sim, o Partido Socialista continuará a desagravar estes aspetos fiscais, se tiver condições financeiras para isso. ----------

Quanto à qualificação dos Montijenses, nós temos uma história na política local de apoio à escola pública, a história não engana. Para o Partido Socialista, a escola pública é fundamental para que não haja discriminação nos nossos jovens, para que não haja discriminação do ponto de vista de igualdade de oportunidades e para atenuar as desigualdades sociais. Aliás, o cheque ensino é o maior embuste político que alguma vez se colocou no espaço político português, porque se fala de liberdade de escolha quando verdadeiramente o que está envolvido no cheque ensino é a impossibilidade dessa liberdade. --------

Quanto à questão dos nossos trabalhadores, nós bem gostaríamos de ter aqui um plano mais ambicioso do ponto de vista da requalificação dos nossos trabalhadores, mas não é possível ainda. Não podemos também ter aqui esta ideia de redução das nossas receitas, praticamente em 2 milhões de euros e também ainda querer ter a possibilidade de fazer despesa. Por isso, estamos a fazer um exercício de equilíbrio. No entanto, não deixámos de colocar esse item. Caso haja possibilidade de se alterar o contexto económico, gostaríamos de aprofundar e requalificar os nossos trabalhadores, de modo a que a qualidade do serviço público se possa prestar com maior eficácia. ----------

Quanto à questão que referiu do património Municipal, nomeadamente às obras, ao Pocinho das Nascentes e também ao Parque Desportivo. Relativamente ao Pocinho das Nascentes é um Património Municipal, está registado como isso, quanto ao Parque Desportivo é um sonho e uma ambição que deve mover o Montijo e que o Partido Socialista quer muito que se realize.

Quanto às questões da Ação Social, nomeadamente, às IPSS, a Câmara Municipal tem um vasto leque de ações e de cooperação com as instituições de solidariedade social. Temos uma questão que é muito relevante, que é o nosso CLAS – Conselho Local de Ação Social, um marco importante da nossa relação com as IPSS. ----------

Relativamente a outras instituições de solidariedade social, temos vários projetos em comum, como por exemplo, com a Santa Casa da Misericórdia do Montijo, o refeitório para os sem-abrigo, com a União Mutualista, temos as questões com as Mulheres Vitimas de Violência e temos até relações com outras instituições fora do concelho. Temos aqui uma vasta panóplia de relações com diversas instituições e penso até que o Montijo a este nível está

muito bem servido. ----------

Quanto à questão que refere da ilegalidade de documentos, a Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, coloca agora competências na freguesia, nós colocámos isto de propósito para que não houvesse dúvidas. A ideia aqui é de continuarmos a ter a prioridade dos Parques Infantis, temos a responsabilidade de os manter, mas vamos ter aqui um período em algumas situações de cooperação com as nossas freguesias. ----------

Portanto, senhor Deputado Municipal, ao contrário do que disse, o nosso documento cumpre integralmente a legalidade." ----------

O senhor **Deputado Municipal – José Caria** (PS), no uso da palavra, leu uma **Declaração Política**, cujo teor abaixo se transcreve: ----------

"Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Munícipes, a todos desejos uma Boa Noite e um Feliz Natal. ----------

Discutimos hoje, em Assembleia Municipal (Sessão de novembro de 2013), a Proposta de Orçamento Municipal para o ano de 2014 e as Grandes Opções do Plano, que integram o PPI para o Período 2014/2017 e o Plano de Atividades Municipais, (aprovado em reunião de Câmara de 13 de novembro de 2013 com dois votos contra do PSD e duas Abstenções do CDU). ----------

Pensamos que na discussão e aprovação (ou não) destes Documentos Previsionais para 2014 e 2014/2017 as Sras. e Srs. Deputados podem e devem ter em consideração diversos aspetos implícitos explícitos e ínsitos nos documentos em análise, discussão e aprovação (ou não); ----------

Desde logo condicionantes externas ao Município como sejam, entre outras, a crise financeira, económica e social que se abate sobre as Empresas, Famílias e

Instituições, o novo Regime Jurídico das autarquias locais (Lei nº. 75/2013, de 12 set), a nova Lei das Finanças Locais 73/2013, de 3 de setembro, a entrar em vigor em Janeiro de 2014), os Orçamentos de Estado 2012, 2013 e retificado, e para 2014, as Leis de enquadramento e execução orçamental, a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, o Regime jurídico da reorganização, administrativa territorial autárquica (Lei nº. 22/2012, de 30 de maio), bem como todo o conjunto de legislação que afeta os Trabalhadores em funções publicas (Lei nº. 68/2013, de 29/Ago/40h. Lei 66/2012, de 31/dez,º, o Regime de Requalificação Profissional, Lei do Trabalho em Funções Públicas, Convergência dos Regimes de Pensões da CGA e da Segurança Social etc.) nas autarquias locais (e não só) ... contra as quais se tem pronunciado a esmagadora maioria dos autarcas da Península de Setúbal, da Região e do País!!! ----------

Tem havido uma contínua ingerência nos assuntos locais, significando tal uma maior centralização do poder e a perda de importância das comunidades locais. Têm sido levadas a efeito um significativo conjunto de mudanças com incidência nas autarquias locais, que se apoiam e excedem mesmo os compromissos no Programa de Assistência Económica e Financeira, que se configuram como intromissões ilegítimas no exercício das atribuições e competências municipais. A nova Lei 73/2013 (Regime Jurídico das Autarquias Locais), estabelece intromissões diversas das entidades reguladoras na definição dos preços a aplicar pelos municípios, em matéria de abastecimento de água e de recolha de e tratamento de água residuais e de resíduos sólidos A competência para a fixação dos preços é, inequivocamente, uma competência dos órgãos do município pelo que a interferência das entidades reguladoras nestas competências municipais deveria ter sido eliminada da referida Lei, através do

OE/2014. A inconstitucionalidade de tais normas pode e deve ser suscitada por quem de direito!. ----------

Têm sido diversos os diplomas legais que têm condicionado flexibilidade que a gestão municipal exige e necessita, não atendendo às especificidades dos municípios e à sua autonomia, impondo-se regras que condicionam de forma evidente a prestação de um serviço de qualidade às populações. ----------

São os casos, designadamente: da lei da assunção dos compromissos e dos pagamentos em atraso, claramente limitativa da autonomia administrativa e financeira; do estatuto do pessoal dirigente, impondo uma redução drástica do número de dirigentes, em clara violação da autonomia municipal, administrativa e financeira; em clara violação da autonomia municipal; a alteração do regime jurídico do setor empresarial local, com a consagração de rácios de solvabilidade que obrigam ao encerramento de muitas empresas municipais, sem se ter em conta que muitas delas prosseguem objetivos sociais e sem que idênticos critérios sejam aplicados ao Setor Empresarial do Estado. Os municípios pretendem flexibilidade na gestão municipal, que não se deve confundir com ausência de rigor ou falta de controlo. ----------

Em 2013, as autarquias locais, receberam do orçamento do Estado um valor idêntico ao transferido em 2005. ----------

Está prevista uma nova redução do FEF, de cerca de 51 milhões de euros para 2014. ----------

O Poder Local democrático, o Município de Montijo, estão "de jure" e "de factum" sob o maior ataque do atual Legislador nacional (maioria PSD/CDS-PP) da Administração Central, à sua AUTONOMIA jurídica, administrativa, financeira, normativa, de orientação, organizatória e de auto-governo!!!. ---------

As transferências financeiras para os municípios e freguesias do distrito de Setúbal, no âmbito da sua participação nos impostos do Estado, sofrem, para 2014, uma nova redução agora de 3,1% (menos 3,8 milhões de euros) desde a assinatura do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro em 2011, essa transferência foi reduzida de 127,9 milhões de euros para 117,8 milhões de euros em 2014, menos 10,1 milhões de euros nos últimos 3 anos. ----------

Todo este enquadramento financeiro, económico e social, administrativo, condiciona, internamente, a capacidade de administração, gestão e realização em todo o Município de Montijo provocando quebra de algumas importantes receitas arrecadadas, afetando os seus naturais instrumentos de gestão e administração ao nível financeiro, aumentando a incerteza e os riscos de Planeamento e Organização, e exigindo, como o provam os Documentos Provisionais para 2014 – 2017 hoje em discussão, a adequação com realismo, em cada momento, das ações a desenvolver, aos recursos existentes e disponíveis, ajustando a Despesa a executar à receita real a arrecadar, sem perder a ambição estratégica do futuro! ----------

Para o ano 2014 vamos ter, ainda assim, no Município, com um Orçamento de cerca de 26,6 milhões de euros, desagravamento de Impostos Locais para Trabalhadores, pensionistas e reformados, Famílias e Pequenas e Médias Empresas, apoio social às Famílias Serviços Públicos prestados pela autarquia com qualidade e Investimentos estratégicos...; ----------

O Orçamento Municipal reduz a taxa de IRS em 1%, isto é, todos os trabalhadores vão descontar menos 1% de IRS do seu salário bruto, isto quando o IRS continua a suportar o crescimento da Receita Fiscal dos cofres do Estado – o Estado arrecadou (de jan. a out. 2013) 7,3 milhões de euros de Imposto por

dia A MAIS em relação a 2012; O IRS registou (no Estado) um aumento de 30% face aos primeiros 10 meses de 2012; ----------

O Orçamento Municipal baixa em 10% a Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para as Famílias Montijenses; O Orçamento municipal isenta todas as Empresas com um volume de negócios inferior 150.000 euros de Derrama municipal; O Orçamento municipal aumenta as transferências, em relação a 2013 para as Juntas de Freguesia prevendo transferência financeira para a Freguesia de Sarilhos Grandes (41.000 euros) e aumentando-as para a Freguesia de Canha (30.000 euros). ----------

Nas prioridades de ação vão estar, na área de educação, a ação social escolar a educação pré-escolar na competência letiva gratuita e na competência de apoio à Família, os Transportes escolares as AECS o Programa de generalização de Refeições escolares e as Transferências de Verbas para os Agrupamentos de Escolas. ----------

Os Serviços públicos prestados pela autarquia/Município com qualidade às Populações mobilizam, no Orçamento municipal para 2014, cerca de sete milhões para Obras, Serviços Urbanos, Ambiente e Qualidade de Vida, cerca de cinco milhões e meio de euros para Educação, e cerca de dois milhões e duzentos mil euro a para Cultura, Bibliotecas, Juventude e Desporto. ----------

Dos Investimentos estratégicos destacamos dois importantes que são a adaptação do Edifício do Plano Centenário a Jardim de Infância no Alto – Estanqueiro, e a reabilitação do Mercado Municipal. ----------

Dissemos, atrás, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que apesar das condicionantes externas e internas, não perdemos a ambição estratégica do futuro, e assim é, já que não abdicaremos de equipamentos que consideramos

fundamentais, como, entre outros, Novos Centros Escolares (Pegões e Santo Isidro). Ampliação do Refeitório da EB Joaquim de Almeida no Bairro do Mouco, Requalificação da Rua José Joaquim Marques, Construção da Ciclovia no Canal da REFER, Arranjo Paisagístico do Largo da Feira na Atalaia Pavimentação das Avenidas Camões e Infante D. Henrique e Terceira Fase da Frente Ribeirinha, equipamentos que verão o seu Prazo de construção dilatado no Tempo mercê do estado atual e desenvolvimento das diversas Condicionantes externas e internas com que o Município se está a confrontar e se vai ter de confrontar! --- Sr.ª. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ----------

No processo de elaboração orçamental todos os Partidos e Coligações com representantes nesta Assembleia Municipal foram ouvidos, oportuna, tempestiva e adequadamente no quadro do que dispõe o Estatuto de Oposição tendo-lhes sido facultado os Documentos de Lei tendo podido exercer a sua atividade de acompanhamento, fiscalização, critica e ..PROPOSTA... sem que nenhuma destas Forças politica tivessem enviado qualquer Proposta; ----------

A Documentação disponível é a indicada por Lei e pode ser consultada; ----------

Não faz, pois, muito sentido, em nossa opinião, que alguns se refugiem em Falsos argumentos processuais, afirmando violação que a, existirem e, em coerência do que escrevem, exigem desses mesmos, outras démarches que não apenas declarações: -veremos que são coerentes perante quem de direito e, se o forem, cá estaremos para ver o resultado!!!. ----------

Também não nos parece curial e justo que perante a ofensiva do atual Legislador nacional (Maioria PSD/CDS na Assembleia da Republica) face á organização da estrutura municipal e aos Trabalhadores em funções publicas, designadamente nas autarquias, se argumente – na discussão do Orçamento e

Grandes Opções do Plano – com "incompetência em gerir recursos humanos" e incapacidade em organizar serviços " quando ainda há bem pouco tempo o Município foi "obrigado" pelo Legislador nacional a reestruturar Departamentos, Divisões e Secções (o que o fizemos em Câmara e Assembleia Municipal...) ----------

As sucessivas reduções de despesas com pessoal provocadas pela Administração Central não tiveram em conta de facto de a esmagadora maioria dos municípios ter recentemente concluído, por imperativo legal, a reorganização de serviços, em que tais reduções foram já em boa parte concretizadas. Tratou-se de uma proposta irresponsável e desfasada, porque atrasada no tempo. Não foram tidas em conta pela Administração Central as características específicas dos municípios dada a grande especialização de tarefas; não é possível substituir coveiros por operadores de estações elevatórias, ou técnicos de arquivo por desenhadores, ou jardineiros por pedreiros ou pintores, etc., sendo que, para cada uma destas funções, existem muitas vezes um número restrito de funcionários (1 ou 2, frequentemente). O governo perspetiva uma nova redução obrigatória de despesas de pessoal, sem quaisquer critérios, implicando nova diminuição de 2% do número de funcionários para 2014 independentemente da situação concreta de cada município. ----------

Igualmente não podemos concordar com a alusão à "incapacidade em realizar obra física" perante a Obra realizada no Município entre 1998 e 2013 (como se pode verificar no Livro "A Mudança com Futuro") e com alusão à " falta de arrojo e de Programa" perante severa crise financeira, económica e social atual e o Plano Plurianual de Investimento para o município agora apresentado para 2014/2017. ----------

Devemos sim, como questão central, lamentar a intolerância do Governo que, em aspetos fundamentais, introduziu e introduz medidas que são inaceitáveis para os municípios, que impedem a gestão adequada dos seus recursos e que são suscetíveis de paralisar a atividade municipal. ----------

Todos nós sabemos que o regime de financiamento local não serve os interesses dos municípios e do País, menosprezando o papel fundamental do Poder Local no desenvolvimento do território e no continuar da elevação da qualidade de vida das populações; Todos nós sabemos que o regime de financiamento local, para além de debilitar financeiramente os municípios, permite a criação de limitações e de restrições à autonomia local, propiciando uma ingerência por parte da administração central nos municípios, todos nós sabemos ser necessário reequacionar o exercício de um conjunto de competências municipais, desde logo nos domínios da educação dos transportes escolares e da proteção civil, que por força do seu atual subfinanciamento obrigam a um esforço insustentável dos municípios, sendo urgente a revisão do seu modelo de financiamento: Todos nós sabemos da necessidade de, com urgência, se proceder à discussão e ao enquadramento da intervenção municipal na área social, seja no planeamento dos equipamentos e dos serviços, no esforço do seu papel no âmbito da rede social, nas políticas ativas de combate ao desemprego, nos apoios pontuais a situações de carência das famílias, no apoio aos idosos e na implementação de políticas de envelhecimento ativo. ----------

É nestas matérias (entre outras...) – e não nalguns dos argumentos aduzidos (alguns deles processuais/formais...) – que residem muitas das principais dificuldades de realização atual dos Municípios, entre os quais se encontra o de Montijo!... ----------

Mas, enfim, estamos numa Casa de Democracia e cada um, cada Força Política, aqui presentes, assumirá o ónus, quer dos Pressupostos, quer da Responsabilidade, Verdade, Coerência e Rigor da decisão que tomar face á aprovação (ou não) dos Documentos Previsionais do Município para 2014 e para 2014/2017. ----------

Assim é assim sempre deverá ser !!!... ----------

Por nós APROVAMOS! Disse." ----------

Dado o adiantado da hora, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, após ter sido acordado, informou que iria encerrar a primeira reunião da primeira sessão ordinária e que a segunda reunião prosseguiria no dia três de dezembro de 2013, pelas 21 horas. ----------

Seguidamente, foi a presente ata aprovada em minuta nos termos e para os efeitos previstos no número 3 e 4, do artigo 27º do Código do Procedimento Administrativo. ----------

Eram duas horas do dia trinta de novembro de 2013. ----------

E eu, Joalvina Maria Azevedo Barbosa, Assistente Técnica, da Divisão Jurídica e de Administração Geral do Departamento da Presidência e de Administração Geral, fiz lavrar a presente ata que subscrevo, juntamente com a constituição da mesa.----------

MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---------- A Presidente da Assembleia ----------

Maria Amélia Antunes

---------- O 1º Secretário ----------

Pedro Rafael Pereira Reis Carmona

---------- A 2ª Secretária ----------

Teresa Maria de Almeida Lourenço Nunes